

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



**Do Consentimento nas Buscas Domiciliárias:
Contributos para a valoração da prova**

Trabalho individual final
5.º Curso de Comando e Direção Policial

Estudo teórico

AUTOR: JOÃO FILIPE DE OLIVEIRA COELHO GÍRIA

Lisboa, 30 de julho de 2022



Referências

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 507/94, de 5 de junho de 1991.

www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/830c71bf7afbfde0802568fc003b4517?

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 47084, de 08 de fevereiro de 1995.

<https://jurisprudencia.pt/acordao/156017/>

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 04P3276, de 05 de janeiro de 2005.

<https://jurisprudencia.pt/acordao/139154/>

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 452/89, de 22 de julho de 1989.

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19890452.html>

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 507/94, de 14 de julho de 1994.

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19940507.html>

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra n.º 356/09.0PBCVL.C1, de 08 de maio de 2013.

www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/3d246a257ee6d20d80257c7c004192f8?

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora n.º 549/08.7PBBJA-A.E1, de 17 de setembro de 2009.

<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/78250c8587db36e880257de100574ea0?>

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora n.º 6/10.1GARMZ.A.E1, de 06 de dezembro de 2011.

<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/e2974c834606ec7780257e5800393b95?>

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora n.º 602/11.0JACBR-A.E2, de 31 de janeiro de 2012.

<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/-/1556D6AD14358E8280257DE10056F7FD>

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora n.º 135/14.2GBABF, de 07 de abril de 2015.

<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/c4ed9bafa3a591cb80257e2e00356d34?>

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora n.º 266/15.1PAOLH-B.E1, de 14 de julho de 2015.

<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/cf7e60cd96031fc680257ea4003d1d3a?>

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora n.º 12/16.2T9ABT.E1, de 13 de setembro de 2016.

www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/ecaa67df0db8963380257f620034c928?

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães n.º 14/17.1GABCL-A.G1, de 23 de outubro de 2017.

www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/0856644dd41a7eb1802581d90037ddda?

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa n.º 369/20.0TELSB-B.L1-5, de 15 de dezembro de 2020.

www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/c65a0db5c3642b6580258677003f137f?

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa n.º 360/15.9PBLRS-A.L1-9, de 14 de janeiro de 2016.

www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/a8367acbd0be517080257f4c004b93e6?

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto n.º 0210993, de 29 de janeiro de 2003.

<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/-/2747B56396B7B94380256D0400369C85>

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto n.º 23/15.5SFPRT.P1, de 25 de janeiro de 2017.

www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/fd8650c7579b9804802580ca0042f425?

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto n.º 256/16.7PAPVZ-B.P1, de 29 de março de 2017.

www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/668a3d0da5d733a780258106004c50ab?

Alexy, R. (2015). *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Malheiros Editores.

Albuquerque, P. P. (2007). *Comentário do Código Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Universidade Católica Editora.

American Psychological Association (2020). *Publication manual of the American Psychological Association*. (7th ed.). <http://doi.org/10.1037/0000165-000>

Andrade, M. C. (1998). Violação de domicílio e de segredo de correspondência ou telecomunicações por funcionário (Art. 378.º e 384.º do CP). Problemas da tipicidade e ilicitude. In *Ab Uno Ad Omnes. 75 anos da Coimbra Editora* (pp. 707-762). Coimbra Editora.

Andrade, M. C. (2006). *Sobre as Proibições de Prova em Processo Penal*. Reimpressão. Coimbra Editora.

Andrade, M. C. (2009). “*Bruscamente no verão passado*”, *a Reforma do Código de Processo Penal: observações críticas sobre uma lei que podia e devia ter sido diferente*. Coimbra Editora.

Andrade, M. (2010). *Prática de Direito Processual Penal – Questões Teóricas e Hipóteses Resolvidas*. Quid Juris.

Antunes, M. J. (2016). *Direito Processual Penal*. Almedina.

Beccaria, C. (2014). *Dos Delitos e das Penas*. Reimpressão. Fundação Calouste Gulbenkian.

Canotilho, J. G. & Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada*. Coimbra Editora.

Correia, J. C. (1999). Qual o significado de abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência e nas telecomunicações (art. 32.º, n.º 8, 2.º parte, da C.R.P.)? *Revista do Ministério Público*, 79, 18-20.

- Davin, J. (2009). O Regime das Buscas Domiciliárias. In M. M. G. Valente (Coord.), *Estudos comemorativos dos 25 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna em homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida* (pp. 625-638). Almedina.
- Decreto de 10 de abril de 1976, alterado e republicado pela Lei n.º 1/2005, de 12 de agosto. Diário da República n.º 155/2005, Série I-A de 2005-08-12. (Constituição da República Portuguesa). <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775>
- Decreto-lei n.º 47344/66, de 25 de novembro, alterado e republicado pela Lei n.º 8/2022, de 10 de janeiro. Diário da República n.º 6/2022, Série I de 2022-01-10. (Código Civil). <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1966-34509075>
- Decreto-lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, alterado e republicado pela Lei n.º 94/2021, de 21 de dezembro. Diário da República n.º 245/2021, Série I de 2021-12-21. (Código Processo Penal) <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1987-34570075>
- Decreto-lei n.º 48/95, de 15 de março, alterado e republicado pela Lei n.º 94/2021, de 21 de dezembro. Diário da República n.º 245/2021, Série I de 2021-12-21. (Código Penal). <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675>
- Dias, J. F. (1991). Sobre os sujeitos processuais no novo Código de Processo Penal. In *Jornadas de Direito Processual Penal* (pp. 3 – 34). Almedina.
- Dias, J. F. (2004). *Direito Processual Penal*. Reimpressão. Coimbra Editora.
- Faria, M. J. (2001). *Direitos Fundamentais e Direitos do Homem*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Ferreira, M. M. (1995). Meios de Prova. *Jornadas de Direito Processual Penal* (pp. 220-270). Almedina.
- Goldschmidt, J. (1935). *Problemas Jurídicos y Políticos del Proceso Penal*. Editorial Bosch.
- Gonçalves, F. & Alves, M. J. (2015). *Crime. Medidas de Coação e Prova*. Almedina.
- Gorphe, F. (1947). *L'Appréciation des Preuves en Justice*. Sirey.

- Grinover, A. P., Filho, A. M., & Fernandes, A. S. (2011). *As Nulidades no Processo Penal*. Revista dos Tribunais Editora.
- Jesus, F. M. (2015). *Meios de obtenção de prova em processo penal*. Almedina.
- Júnior, A. L. (2013). *Direito Processual Penal*. Editora Saraiva.
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 1/2022, de 3 de janeiro. Diário da República n.º 1/2022, Série I de 2022-01-03. (Código do Trabalho). <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/2009-34546475>
- Miranda, J. (2000). *Manual de Direito Constitucional*. Tomo IV. Coimbra Editora.
- Moura, J. S. (2005). A proteção dos direitos fundamentais no processo penal. In M. M. G. Valente (Coord.). *I Congresso de Processo Penal* (pp. 33-51). Almedina.
- Moura, M. T. (2009). *A Prova por indícios no processo penal*. Editora Lumen Juris.
- Nogueira, A. P.; Nunes, J. A.; Martins, A. B.; Carvalho, A. C.; Cândido, A. F.; Moreira, A. C.; Pires, A. V.; Fernandes, A. S.; Santos, A. C.; Campos, A. F.; Carneiro, A. M.; Teixeira, A.; Pinheiro, A. V.; Ferreira, A. C.; Matias, A. F.; Silva, A. L.; Chaves, A. M.; Neves, A. M.; Simões, A. S.; “...” Peixoto, Z. M. (2009). *Código Processo Penal. Comentários e Notas Práticas*. Coimbra Editora.
- Nunes, C. (2011). Dos meios de obtenção de prova: o caso das buscas domiciliárias e das interceções telegónicas. *Politeia – Revista do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna*, 227-239.
- Pinto, A. L. (2007). As Buscas não domiciliárias no direito processual penal português. *Revista do Ministério Público*, 109, 23-56.
- Pinto, P. M. (2000). A proteção da vida privada e a Constituição. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 76, 153-204.
- Pitombo, C. (2005). *Da busca e da apreensão no processo penal*. Revista dos Tribunais Editora.
- Poças, L. (2020). *Manual de Investigação em Direito. Metodologia da Preparação de Teses e Artigos Jurídicos*. Almedina.
- Rodríguez, J. I. P. (1996). Entrada y Registro domiciliarios en el proceso penal. *Revista de Derecho Penal y Criminología*, 6, 859-952.

- Roxin, C. (2000). *Derecho Procesual Penal*. Editores del Puerto.
- Segovia, R. H. (1996). *La Diligencia de Entrada y Registro em Processo Penal*. Edersa.
- Silva, G. M. (2000). *Curso de Processo Penal*. Vol. III. Verbo Editora.
- Silva, G. M. (2001). *Ética Policial e Sociedade Democrática*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Silva, S. O. (2013). O arguido como meio de prova contra si mesmo. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, 10(1), 361-379.
- Sousa, A. F. (2011). Entrada e busca domiciliárias em Direito Policial. *Revista do Ministério Público*, 125, 219-245.
- Sousa, M. T. (2020). A prova ilícita em processo civil: em busca das linhas orientadoras. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Direito*, 61(2), 15-52.
- Taruffo, M. (2008). *La Prueba*. Marcial Pons Ediciones Jurídicas.
- Valente, M. M. (2005). *Revistas e Buscas*. (2a ed.). Almedina.
- Valente, M. M. (2009). *Processo Penal*. Tomo I. Almedina.